

AS EDUCADORAS INFANTIS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS FUNÇÕES DA CRECHE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS CRECHES MUNICIPAIS MARINGAENSES

Thelma Elizabete Martins¹
Waléria Henrique dos Santos Leonel¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²

RESUMO: Historicamente, as creches têm desempenhado o papel de guarda e assistência caritativa às crianças pertencentes às classes menos favorecidas. A concepção de creche como espaço pedagógico em substituição ao entendimento original da creche como local de atendimento à saúde e guarda da criança durante a jornada de trabalho da mãe, trouxe para a educadora de creche o desafio de ultrapassar uma função meramente assistencialista para assumir uma função pedagógica. O presente estudo teve por objetivo investigar quais são as representações que as educadoras infantis que trabalham nas creches municipais maringaenses possuem sobre as funções da creche. Buscou-se ainda verificar qual é a formação dessas profissionais e o tipo de atividades desenvolvidas com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. No primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a função da educação infantil e a formação dos educadores que atuam nesse nível de ensino. Num segundo momento, de natureza empírica, foram realizadas entrevistas com as educadoras de creche e observações das atividades desenvolvidas nas creches municipais maringaenses. Com a análise dos dados foi possível constatar que as educadoras infantis carecem de uma formação mais específica quanto à sua função pedagógica dentro de um centro de educação infantil. Além disso, desconhecem aspectos relevantes do desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Creche; Prática Pedagógica; Educadores Infantis.

CHILDREN EDUCATORS AND THEIR PERCEPTIONS OF THE NURSERY ROLES: AN INVESTIGATIVE STUDY OF THE NURSERIES IN THE CITY OF MARINGÁ

ABSTRACT: Historically, nurseries have had the responsibility for the day care and the provision of charitable assistance to children of the poorer communities. The nursery's conception as an educational space rather than its original one as a place for assistance and keeping of children during their mothers working hours, has brought to the nursery educator the challenge of moving from a merely caring role to a pedagogical one. The present study has had the objective of investigating the perceptions that child educators who work in the nurseries in the city of Maringá have about the nursery roles. It has also been investigated the teachers' level of education and the type of activities carried out with children between 0 to 6 years old. In a first moment, a bibliographical survey was conducted on the role of child education and the teachers' level of education needed to work in nurseries. Secondly, interviews with nursery teachers and empirical observations of the activities in the nurseries in Maringá were carried out. Analyzing the data collected it was possible to conclude that child educators are in need of more specific training in relation to their pedagogical duties within a Child Education Center. Besides, nursery teachers are not aware of important aspects of child development.

KEY-WORDS: Nursery, pedagogical practice, child educators.

¹ Discentes do Curso de Psicologia do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

² Doutora, Orientadora, Docente do Curso de Psicologia do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

Introdução

Historicamente, as creches têm desempenhado o papel de guarda e assistência caritativa às crianças pertencentes às classes menos favorecidas.

No Brasil, a regulamentação sobre as creches teve início com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Dessa forma, até 1943 quase não houve a implantação de creches. O governo geralmente deixava que as instituições filantrópicas tomassem a iniciativa de cuidar das crianças pobres e abandonadas. Assim, as creches, em sua maioria, tinham os moldes de orfanatos.

De acordo com PIMENTA (1999), a concepção de creche como espaço pedagógico em substituição ao entendimento original da creche como local de atendimento à saúde e guarda da criança durante a jornada de trabalho da mãe, trouxe para a educadora de creche o desafio de ultrapassar uma função meramente assistencialista e assumir uma função pedagógica.

Inúmeros estudos e trabalhos de pesquisadores, como KRAMER e ABRAMOVAY (1991), CIVILETTI (1991), OLIVEIRA (1994), têm mostrado que o não-atendimento educacional e pedagógico às crianças pequenas – zero a três anos – tem suas raízes nas primeiras experiências de educação infantil no Brasil, as quais datam do início do século XX, quando chegaram os imigrantes europeus. Esses estudos indicam ainda que as creches da época não foram criadas com caráter educacional, mas surgiram para as mães trabalhadoras, em resposta às reivindicações de operários e imigrantes, em face da crescente industrialização no país.

Ao longo da história, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações sociais e econômicas que repercutiram no interior das famílias, modificando o papel desempenhado pela mãe no cuidado com os filhos. Devido à falta de recursos financeiros, a mulher foi obrigada a se lançar no mercado de trabalho, ocupando parte do espaço antes reservado exclusivamente aos homens. Dessa forma, tornou-se necessária a busca de alternativas para resolver o problema do cuidado com as crianças menores (PIMENTA, 1999).

“o próprio nome “creche”, tomado da língua francesa, em que tem o significado de manjedoura, desde a sua origem trouxe consigo os seus objetivos. De acordo com essa autora, a França forneceu ao Brasil, não só o nome – creche – mas também a finalidade dessa instituição, cujo objetivo era guardar as crianças e delas cuidar enquanto as mães estivessem no trabalho e tentar diminuir a alta taxa de mortalidade infantil da época.” (CIVILETTI apud

PIMENTA, 1999, p. 4)

Entretanto, de acordo com OLIVEIRA e FERREIRA (1989), apesar de já existir anteriormente a necessidade de atendimento aos filhos das mães ex-escravas, foi somente no início do século XX, com a chegada dos imigrantes europeus, que as primeiras creches para as mães trabalhadoras foram reivindicadas. A necessidade das creches surgiu com o crescimento industrial nas grandes cidades. Na década de 20, os trabalhadores operários protestavam contra a precária condição de vida e trabalho. Dentre as reivindicações, surgia a da creche para as crianças cujos pais faziam longa jornada de trabalho.

Vale ressaltar, contudo, que as mesmas autoras afirmam que o atendimento nas creches do Brasil, nesse período, destinava-se às crianças cujas mães não dispusessem de condições de atendê-las, no caso as mães solteiras ou as das camadas mais pobres.

O atendimento oferecido nas creches não tinha qualquer objetivo pedagógico, estando apoiado apenas numa prática caritativa em favor das classes menos favorecidas. Nessa época, as creches não eram organizadas pelo governo, mas tidas como obras de caridade mantidas por instituições filantrópicas, geralmente organizadas por religiosas e pessoas de poder aquisitivo alto.

Segundo OLIVEIRA e FERREIRA (apud PIMENTA, 1999, p. 6), com a industrialização crescente, na metade do século passado,

“(...) cada vez mais as mulheres foram para o mercado de trabalho, e as mães se viram obrigadas a solicitar os favores de vizinhas para cuidar de seus filhos ou pagar pessoas para esse fim. Nessa medida, o atendimento infantil na creche foi-se justificando como um meio paliativo e emergencial, evidenciado pela precariedade e insuficiência de recursos a ele destinados, em que os quadros profissionais eram deficientes, sem formação específica e muitas vezes, compostos de pessoas voluntárias”.

Para PIMENTA (1999), o percurso histórico das creches sempre esteve ligado às modificações do papel da mulher em nossa sociedade e, conseqüentemente, ao papel por ela desenvolvido dentro da família no que diz respeito ao atendimento aos filhos. Considerando-se que até o início do século XX a mulher exercia uma única função, a de dona de casa (mãe e esposa). Dessa forma, a creche apresentava-se apenas como uma alternativa para viabilizar o mercado de trabalho, liberando a mão-de-obra feminina, uma vez que, até então, a educação da criança pequena cabia exclusivamente à mãe.

Em função desses dados históricos, percebe-se a

vinculação da creche à pobreza, ao abandono e às sociedades de proteção à infância, o que nos leva à constatação de que inicialmente as creches tinham um caráter essencialmente assistencialista (HADDAD, apud Pimenta, 1999).

PIMENTA (1999) explica que esse entendimento de creche como local assistencialista, onde as crianças, para que suas mães pudessem trabalhar, deveriam ficar com pessoas sem preparo específico, em sua maioria mulheres voluntárias sem qualquer formação profissional e muito menos educacional, permaneceu e efetivou-se, durante todo o século XX, principalmente no meio social mais carente.

À medida que a creche passou a ser discutida como uma instituição de ensino, principalmente no meio acadêmico, os órgãos públicos se viram obrigados a um posicionamento em relação ao atendimento às crianças nessas instituições.

De acordo com PIMENTA (1999), no sistema educacional brasileiro, somente a partir da Constituição de 1988 é que o atendimento em creches e pré-escolas foi apontado como um dever do Estado, como se evidencia no ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRASIL, 1990, p.115):

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 (seis) anos de idade.”

PIMENTA (1999) ressalta que, apesar de o texto constitucional de 1988 prever a obrigatoriedade desse atendimento, entre as políticas públicas no Brasil, a creche é uma das instituições que vem enfrentando sérios problemas. Esses problemas existem principalmente pelo descaso por parte do governo, o qual, apesar da obrigatoriedade imposta, não tem destinado a essas instituições verbas que atendam às suas reais necessidades.

Com relação às verbas destinadas, NASCIMENTO (apud PIMENTA, 1999) esclarece que a Constituição Federal, embora determine que ao ensino fundamental sejam distribuídos 25% dos recursos, não esclarece com clareza o percentual a ser encaminhado à educação infantil, possibilitando assim desvios orçamentários de um setor para outro. A crescente procura pelo atendimento infantil provocou uma superlotação nas creches, prejudicando a qualidade do atendimento dispensado, a formação dos educadores e o investimento na área pedagógica, devido à falta de recursos.

Nessa mesma perspectiva, SANTOS (1994) destaca que a grande procura pelas creches causou um desajuste demanda/vagas e levou a uma baixa qualidade

dos serviços prestados à criança, reforçando o atendimento de caráter meramente assistencialista.

“É relevante, no entanto, destacar que, nesse ínterim, as discussões em torno do atendimento infantil foram se avolumando e trouxeram um grande avanço ao conhecimento científico sobre a educação da criança pequena, a qual passou a ser considerada como um segmento importante do processo educativo escolar”. (PIMENTA, 1999, p.9-10)

Dessa forma, a obrigatoriedade do atendimento em creches ganha espaço no ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRASIL, 1990, p.10 e 45), e reforça o oferecimento de vagas nessas instituições:

“Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade;

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

(...)

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade;”

Conforme PIMENTA (1999), é possível observar que o termo “dever do Estado”, que destaca essa obrigatoriedade como responsabilidade governamental, desaparece no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), de 20 de dezembro de 1996, embora essa ainda mantenha o atendimento à criança de zero a seis anos como um direito assegurado.

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico e psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – em pré-escolas, para as de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e

registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental" (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996)

De acordo com PIMENTA (1999), a análise desses parágrafos permite-nos perceber que, na legislação atual (LDB 9394/96), a educação infantil (zero a seis anos) ganha espaço como parte integrante do sistema de ensino. Contudo, ela não atende totalmente aos anseios de uma educação de qualidade, quando estabelece no seu inciso I, art. 30, que essa educação poderá ser oferecida em entidades equivalentes, não garantindo um ambiente educacional para essas crianças.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, uma vez que atualmente a educação infantil tem sido alvo de inúmeras discussões que defendem o fortalecimento de sua função pedagógica. O que os estudos têm mostrado é que os profissionais atuantes nesse nível de ensino têm uma formação pedagógica precária, não tendo compreensão da sua responsabilidade no atendimento às crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade das creches maringaenses.

Assim, a questão que pretendemos investigar pode ser colocada nos seguintes termos: Qual é a representação que as atendentes de creches municipais maringaenses têm a respeito das funções da creche e do seu papel enquanto educadoras infantis?

Acreditamos que o conhecimento dos serviços prestados nas creches municipais maringaenses e da representação que as atendentes de creche fazem do seu papel, justifica-se pela necessidade de conhecermos a realidade vivenciada no interior dessas instituições.

Pensamos, ainda, que é dever das instituições de ensino superior formar parcerias com outras instituições. Dessa forma, a área de Psicologia Escolar reconhece que um dos papéis do psicólogo escolar é o de contribuir para a formação dos educadores, no sentido de que seja assegurado um atendimento de melhor qualidade às crianças de zero a seis anos de idade.

Metodologia

O presente estudo tem um caráter investigativo e exploratório, pois pretendemos investigar e analisar as representações de educadoras infantis sobre as funções da creche no desenvolvimento infantil de crianças de zero a seis anos.

É uma pesquisa respaldada no modelo dialético de ciências. Segundo BARROS (1986), a concepção dialética de ciências reproduz um sistema de conhecimento

em desenvolvimento, que permite a elaboração de conceitos concernentes às atividades do indivíduo e, portanto, estabelece previsões a respeito da transformação da realidade em função do bem-estar da sociedade.

A opção feita fundamenta-se na crença de que esse tipo de estudo oferece uma perspectiva mais ampla para a identificação e reflexão a respeito dos conhecimentos desejados em relação à tríade aprendizagem/desenvolvimento/ ensino, e como isso é representado pelas educadoras de creche nos dias de hoje.

Para o desenvolvimento da pesquisa, no primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as creches no Brasil, visando encontrar subsídios teóricos sobre o assunto delimitado na introdução (creche com função pedagógica). No segundo momento, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada.

Para o levantamento do número de creches mantidas pelo município, entramos em contato com a Secretária da Educação de Maringá para que a mesma fornecesse dados e autorizasse a pesquisa. O número de creches que fizeram parte da amostra foi definido em função do aceite da realização da pesquisa por parte dos diretores das creches. Assim, planejamos um total mínimo de quatro creches. Em cada creche observada, entrevistamos pelo menos duas atendentes, além de ouvirmos diretoras e supervisoras relatarem suas queixas, dificuldades ou contentamentos a respeito das atividades desenvolvidas.

Após a coleta dos dados, realizou-se uma análise quantitativa dos dados referentes ao número de educadoras com formação completa e necessária para o cargo, espaço físico da instituição, número de alunos por educadora. Quanto às entrevistas, foi feita uma análise qualitativa, por meio da técnica da análise do discurso. As entrevistas foram gravadas e transcritas uma a uma.

Para atingir nossos objetivos, a entrevista apresenta, na sua primeira parte, os dados pessoais e de formação, os quais nos permitem uma descrição do perfil das entrevistadas. Na segunda parte da mesma, levamos em consideração os seguintes indicadores:

- As falas das educadoras que se referiam à sua formação e seus conteúdos.
- As falas das educadoras que se referiam às atividades trabalhadas como fator de desenvolvimento.
- As falas que explicitaram referências teóricas que deram subsídio à prática pedagógica.
- As falas das educadoras que se referiam à interação creche e família, creche e supervisão e administração.

Resultados e Discussão

Para o tratamento dos dados, foram realizadas análises quantitativas e qualitativas. Para este segundo tipo de análise, foram criadas seis categorias:

- 1) Formação continuada das educadoras;
- 2) Planejamento das atividades diárias;
- 3) Dificuldades encontradas no trabalho;
- 4) Relacionamento das educadoras com os pais das crianças;
- 5) Concepção de creche;
- 6) O papel do educador infantil.

Análise Quantitativa

Tabela nº 1 Dados relativos às educadoras

Entrevista das	Idade	Estado civil	Escolaridade	Curso e instituição	Tempo de atuação	Curso superior	Curso de especialização
E 1	47 anos	Casada	2º grau	Magistério	30 anos	Não	Adicional
E 2	42 anos	Casada	3º grau completo	Economia UEM	3 anos	Sim	Especialização em educação / UNOPAR
E 3	31 anos	Solteira	3º grau completo	História UEM	11 anos	Sim	Adicional pré- escola
E 4	23 anos	Solteira	3º grau incompleto	Pedagogia UEM	6 anos	Cursando	Adicionais na educação infantil
E 5	37 anos	Casada	3º grau incompleto	Pedagogia Sarandi	13 anos	Cursando	Adicional Pré-escola
E 6	41 anos	Casada	3º grau completo	Pedagogia Jandaia	21 anos	Sim	Psicomotricidade / IMEP
E 7	31 anos	Casada	3º grau	Pedagogia UEM	13 anos	Sim	Especialização em educação infantil / UEM
E 8	29 anos	Solteira	3º grau incompleto	Pedagogia Sarandi	3 anos	Cursando	Não

LEGENDA:

E = Educadora (os números: 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7 e 8 correspondem à ordem em que as educadoras foram entrevistadas e a identificação das mesmas no corpo do trabalho).

Observando a tabela nº 1, concluímos que a formação das educadoras de creche não é satisfatória para desempenhar a função de educadoras, pois, das oito entrevistadas, apenas duas educadoras são graduadas em

Pedagogia; outras educadoras são graduadas em cursos diversos, como Economia, História, e outras três ainda estão cursando faculdade de Pedagogia.

Tabela nº. 2: Dados relativos às instituições

Instituição	Nº de alunos	Nº de salas	Nº de educadores	Nº de auxiliares	Nº de alunos por educador	Abordagem teórica da creche	Coordenação pedagógica	Trabalho psicológico
Nº 1	146	6	6	4	25	Construtivismo	Não	Não
Nº.2	183	6	6	3	30	Histórico Crítico	Não	Não
Nº 3	102	4	3	4	25	Construtivismo	Não	Não
Nº 4	160	6	6	5	20	Construtivismo	Não	Sim

LEGENDA:

Os números 1; 2; 3 e 4 correspondem com a identificação das instituições visitadas.

Na tabela no. 2, constatamos que o trabalho psicológico e a coordenação pedagógica na maioria das instituições visitadas são feitos via Secretaria Municipal de Educação, com exceção de uma creche que possui uma psicóloga. Essa instituição é administrada por uma fundação e é conveniada pela prefeitura municipal.

É importante ressaltar que o tempo de atendimento das creches é das 8 às 18 horas, totalizando um período de dez horas de permanência das crianças. As educadoras cumprem uma carga horária de quatro horas diárias, sendo que, nas seis horas restantes, a responsabilidade pelas crianças fica com as auxiliares.

As auxiliares de classe não possuem formação suficiente para ocuparem o cargo de educadoras, pois a maioria não possui nem o ensino médio completo. Sua função é de auxiliar as educadoras nas atividades de sala de aula.

Análise Qualitativa**Formação Continuada das Educadoras**

De acordo com a maioria das entrevistadas, as educadoras não têm oportunidades de se aperfeiçoarem profissionalmente. Além disso, percebemos, pela fala das entrevistadas, a dificuldade que elas têm para entenderem o processo da abordagem pedagógica aplicada pela instituição, como se nota nestas falas:

"eu costumo assim... eu sempre gostei muito de Vygotsky então eu procuro sempre trabalhar em grupo com eles, seguindo sempre a linha vygotkyana, no meu ver né. Olha, pela Secretaria de Educação então né eles seguem sim, parece que é o construtivismo..."(E4, 23 anos).

"Cursos específicos não, mas recebemos muita informação a respeito dos vários assuntos relacionados com os temas que serão trabalhados, temos reuniões semanais, é quando trocamos idéias e experiências, isso sempre ajuda a gente". (E 8, 41 anos)

Planejamento das Atividades Diárias

Nas entrevistas, fica claro que existe um programa desenvolvido bimestralmente fornecido pela Secretaria de Educação. Os temas são os mesmos para todas as creches

municipais e conveniadas. As creches conveniadas são sustentadas por fundações e mantêm um convênio com a Secretaria de Educação. As supervisoras de cada creche trabalham os temas bimestrais em conjunto com as professoras e, a partir desse trabalho, cada professora desenvolve o seu planejamento de atividades diárias.

"A Secretaria de Educação determina um tema bimestral, o que imagino ser o mesmo para todos os centros infantis, os temas são divididos por bimestre, por exemplo, o tema desse bimestre é o amigo, dentro do tema amigo cada professora faz o planejamento das atividades diárias. Hoje trabalhei noções de tamanho. Qual o amigo maior? Qual amigo menor? O amigo da direita, o amigo da esquerda"(E8, 29 anos).

Diante da citação acima e de observações feitas nas creches, constatamos que existe uma preocupação quanto ao planejamento das atividades e que estas estejam vinculadas com fatos do cotidiano da criança, assuntos como moradia, alimentação, higiene, vestuário, amigos, etc.

Esses assuntos são trabalhados com noções de matemática, português, geografia, ciências, contribuindo para um melhor desenvolvimento cognitivo. Tudo isso mostra a importância e a necessidade de uma formação mais eficiente para as educadoras infantis.

Dificuldades Encontradas no Trabalho

Segundo as entrevistadas, as dificuldades mais comuns foram muitas crianças para pouco espaço e poucas profissionais para atendê-las, além da diferença de idade. No berçário, bebês de 4 meses e crianças de 18 meses ocupam o mesmo espaço, para dormir, comer e brincar. De acordo com as entrevistadas, fica muito difícil atender as crianças com necessidades tão diferentes no mesmo local.

Outra dificuldade levantada foi de como trabalhar com crianças que apresentam problemas de comportamento, e crianças que chegam com o diagnóstico de hiperatividade, afirmando terem dúvidas em relação ao trabalho que estão executando com essas crianças.

"muita criança em pouco espaço, muita criança para poucas atendentes"(E 3, 31 anos).

"(...) crianças com hiperatividade é uma coisa nova, as crianças são diagnosticadas e não sabemos como trabalhar com essa criança, elas não têm limites, estamos lidando com a intuição, não sei se pondo limites estaremos ajudando a criança ou não, na minha sala tem dois hiperativos, e também crianças que tem agressividade, não me agridem mas descontam nos colegas (E 6, 41 anos)

A falta de experiência é outro fator que dificulta o trabalho das educadoras infantis. Com pouco tempo de atuação na educação infantil, elas relatam se sentirem perdidas, sem saber como agir com relação à aprendizagem das crianças. É o problema das educadoras com formação em outras áreas que não estão relacionadas com a educação infantil.

"no início me senti perdida, por que é o meu primeiro ano, tinha dificuldades para fazer o planejamento, eu nunca tinha trabalhado com crianças pequenas antes..."(E 8, 29 anos).

Relacionamento das Educadoras com os Pais das Crianças

Quanto ao relacionamento entre a creche e os pais, as educadoras declararam não existirem grandes problemas. Os pais mantêm um contato mais direto com a supervisora e diretora da creche, com as educadoras o contato ocorre só quando deixam ou buscam os filhos. No caso de algum problema ou conflito é a supervisora que recebe os pais e resolve com eles o problema.

Em algumas creches, verificamos que os pais têm uma relação mais aberta com a instituição, eles têm a liberdade de entrarem até nas salas de aula e circular pelas dependências da instituição.

"é normal eles conversam mais com a supervisora, ou com a diretora do que com a gente, por que nós temos que receber as crianças quando elas chegam e por isso não dá tempo de conversar muito com eles. Eles procuram mais quando querem dar alguma recomendação a respeito do filho" (E 8, 29 anos).

"(...) aqui nós deixamos a mãe bem à vontade não é proibido nada, elas podem entrar na sala, levam as crianças até na sala conversam sempre com a gente" (E-3, 31 anos).

Concepção das Educadoras em Relação A Creche

Podemos dizer que a maioria das educadoras entrevistadas vê a creche como um local designado a cuidar das crianças enquanto seus pais trabalham.

Reconhecem a necessidade do trabalho pedagógico e até citaram que atualmente a creche está passando por mudanças significativas com relação à preocupação global do desenvolvimento da criança, mas que isso é um longo trabalho, que não ocorrerá do dia para a noite, pois para que aconteça é necessário muito estudo.

"eu vejo como um espaço de desenvolvimento para a

criança num todo, além do cuidado, como cognitivo, afetivo e psicomotor" (E 8, 29 anos).

"a creche hoje melhorou bastante desde o seu começo (...) hoje está em mudança mas ainda falta muito, é um trabalho longo e continuo (...) ainda é assistencialista o trabalho. O cuidar ainda vem antes do pedagógico" (E 7, 31 anos).

Outras educadoras vêem seu papel e a creche da seguinte forma:

"eu parto do princípio de que o centro tem que ser o defensor da criança (...) defender qualquer criança não importa se ela é rica ou pobre, é na mistura que se cresce, não estabelecer padrões e fazer as crianças se questionarem. Entro em um conflito pois pensamos em um homem que a sociedade irá podar. O que se faz pela criança tem que ser de zero a seis anos depois disso é reeducar que é muito mais difícil" (E 6, 41 anos).

O Papel do Educador Infantil

Assim como as educadoras vêem as creches como um local de guarda e assistência, elas também não têm com certeza qual a verdadeira função da educadora infantil.

"Eu sou mais assistente do que professora... Eu amo meu trabalho, a parte mais gostosa da educação delas, sou eu que faço, a mãe mesmo não participa de nada" (E 1, 47 anos).

Diante das citações acima e das observações feitas nas creches, constatamos que a maioria das educadoras acreditam que sua responsabilidade consiste em fazer o que a mãe não pode, durante o tempo em que a criança está na creche.

Considerações Finais

A história das instituições, antes conhecidas como creches e que hoje são Centros de Formação Infantil, tem uma trajetória relativamente curta no nosso país. Há mais ou menos cem anos, algumas iniciativas foram tomadas com relação à educação das crianças pequenas. Mas somente nas últimas décadas é que este tipo de atendimento ganhou maior significado.

BARRETO (apud PIMENTA 1999) afirma que os motivos da expansão deste tipo de atendimento surgiram por parte da sociedade que reconheceu a importância das experiências vivenciadas pelos bebês no desenvolvimento infantil, e também devido às conquistas dos movimentos pelo direito da criança à educação nos primeiros anos de vida.

"No Brasil, a promulgação da constituição

de 1988 representou a participação dos órgãos não governamentais na afirmação desses direitos, quando conferiu às crianças a garantia de atendimento em creches ou pré-escolas. Se considerarmos este respaldo legal como um avanço ao reconhecimento do direito da criança à educação nos primeiros anos de vida, acreditamos ser necessário também considerarmos os desafios que se impõem para a superação da educação assistencialista até então dispensada às crianças pequenas" (PIMENTA, 1999, p.113).

Através de nossas observações e relatos das educadoras entrevistadas, entendemos que o desafio principal está voltado para a formação e a valorização dos profissionais que atuam nessa área. Observamos que os profissionais não possuem formação adequada, trabalham muito e ganham pouco, em ambientes que, em geral, não atendem às necessidades básicas para um trabalho satisfatório.

Diante de tal situação é que nos preocupamos na busca de alternativas viáveis que possibilitem uma mudança favorável para a qualidade de trabalho educacional nas creches. Por isso, nos empenhamos numa investigação junto aos Centros de Formação Infantil, com o objetivo de conhecer melhor a realidade vivida dentro dos centros maringauenses.

Com resultados em mãos, podemos afirmar que existem projetos de mudança, que as creches não são mais creches e as "tias" são educadoras. Essas pequenas mudanças demonstram que algo novo pode estar acontecendo. Mas os centros continuam sendo abrigos para crianças carentes que precisam de um lugar para ficar enquanto os pais trabalham.

Na fala das educadoras, existe consciência de que precisam aprender muito ainda para conseguir desempenhar o seu verdadeiro papel. Ainda se vêem mais assistentes e não educadoras. Elas têm a necessidade de aperfeiçoar ou mesmo de adquirir conhecimentos que possam torná-las profissionais qualificadas, educadoras capazes de analisar os vários tipos de atividades e efetivá-las, levando em conta o potencial da atividade e da criança e ainda oferecer a cada criança a estimulação de que esta necessita. Enfim, necessitam de uma formação capaz de tornar o "cuidar" que tanto mencionaram num cuidar eficiente, conforme FARIA e PALHARES (1999, p.9) mencionaram:

"(...) cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a

cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a desenvolver-se enquanto ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos."

Percebemos, através das falas analisadas, que a maioria das educadoras entrevistadas acreditam que sua principal função é cuidar das crianças, substituindo a mãe.

Diante das dificuldades apresentadas pelas educadoras, além da boa formação do profissional, torna-se necessária a existência de condições adequadas de trabalho, como espaço físico suficiente para o número de crianças e um corpo técnico de apoio ao trabalho pedagógico, psicológico e social.

Quando refletimos sobre as condições das crianças frequentadoras de creches, hoje denominadas de Centro de Educação Infantil, nas carências sociais, emocionais e físicas que a maioria delas trazem consigo e no tempo em que elas permanecem naquele local, concluímos que é preciso colocar a teoria em prática. É hora de parar as discussões polêmicas em torno deste assunto e fazer valer o direito dessas crianças de crescerem em ambientes que lhes possibilitem o desenvolvimento de uma personalidade integrada e saudável.

Deste modo, cabe aos centros de Educação Infantil, junto com a família, dar à criança pequena o estímulo e o apoio necessário para seu crescimento físico, emocional e intelectual, além de autonomia. Por isso, a importância da formação especializada da educadora infantil.

Nossa proposta é de um trabalho em torno da formação não só intelectual, mas também emocional com todas as educadoras infantis, no sentido de dar a elas o apoio que precisam para o seu próprio crescimento como pessoas e educadoras. Ao detectar alguns dos problemas de formação dos profissionais que atuam nos centros de Educação infantil, esperamos ter contribuído para o conhecimento sobre essa situação de ensino e, de algum modo, para a melhora da condição das crianças que frequentam os Centros de Educação Infantil de Maringá.

Referências

- BARROS, A. J. P. Um guia para iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Subsídios para elaboração de diretrizes e normas para educação infantil. Brasília: [s. n.], 1988.

- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- _____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- CIVILETTI, M. V. P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.76, n. 31-40, fev. 1991.
- HADDAD, Lenira. A creche em busca de identidade. São Paulo: Loyola, 1991.
- KRAMER, S.; ABRAMOVAY, M. O rei está nu: Educação pré-escolar - desafios e alternativas. *Cadernos Cedes*. V.9, p. 27-38, 1991.
- KRAMER, S. Subsídios para uma política de formação do profissional de educação infantil. Relatório – síntese contendo diretrizes e recomendações. In: MEC/SEF/COEDI. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.
- KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- KRAMER, S. Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas. In: MEC/SEF/COEDI. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.
- OLIVEIRA Z. M. R. e, FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo – Histórico de uma realidade (1986). In: ROSEMBERG, F. (org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção temas em destaque; 1).
- OLIVEIRA, Z. M. R. A Universidade na formação dos profissionais de educação infantil. In: MEC/SEF/COEDI. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994a.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. *R. Fac. Educ.* São Paulo, v.22, n.2, p.72-89, jul/dez, 1996.
- PIMENTA, S. T. A formação em serviço como espaço de tomada de consciência da função pedagógica de educadores de creche. Curitiba: UFPR, 1999. Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, T. Avaliação de bebês em creche: uma prática pedagógica necessária a uma instituição comprometida com o aspecto educacional. São Paulo: UNESP, 1994. Dissertação de Mestrado.